

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA**  
**MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

**ROSÂNGELA DA SILVA MUNIZ DOS SANTOS VIANA**

**IMPÉRIO EM MOVIMENTO: OS SENTIDOS QUE APODERAM A PALAVRA**

**CÁCERES-MT**

**2020**

**ROSÂNGELA DA SILVA MUNIZ DOS SANTOS VIANA**

**IMPÉRIO EM MOVIMENTO: OS SENTIDOS QUE APODERAM A PALAVRA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação do professor Dr. Taisir Mahmud o Karim

**CÁCERES-MT**

**2020**

© by Rosângela da Silva Muniz dos Santos Viana, 2020.

### CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

V614i Viana, Rosângela da Silva Muniz dos Santos.  
Império em movimento: os sentidos que apoderam a palavra /  
Rosângela da Silva Muniz dos Santos Viana. – Cáceres, 2020.  
49 f. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) –  
Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado Acadêmico)  
Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de  
Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2020.

Orientador: Dr. Taisir Mahmudo Karim.

1. Império. 2. Semântica do Acontecimento. 3. Designação. I.  
Karin, T. M., Dr. II. Título. III. Título: os sentidos que apoderam a  
palavra.

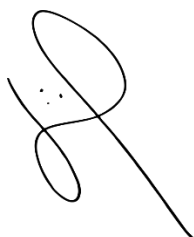
CDU 81'371

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Luiz Kenji Umeno Alencar - CRB1 2037.

**ROSÂNGELA DA SILVA MUNIZ DOS SANTOS VIANA**

**IMPÉRIO EM MOVIMENTO: OS SENTIDOS QUE APODERAM A PALAVRA**

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim

Orientador – PPGL/UNEMAT

---

Prof. Dr. Albano Dalla Pria

Avaliador Interno – PPGL/UNEMAT

---

Prof. Dr. Joana D'arc Rodrigues da Costa

Avaliador Externo – PPGL/UFPI

**APROVADA EM: 06/04/2020**

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia. Aos meus pais Otacílio Muniz Macêdo (*in memoriam*) e Maria Muniz pelos ensinamentos. Aos meus irmãos Robson e Raquelaine pelo amor dedicado a mim. Aos meus filhos Heloana e Magdiel pelo incentivo e encorajamento e por fim ao meu esposo Claudenir pelo carinho e compreensão.

*Começamos por dizer que essa aparente relação nome/coisa, na qual a linguagem se mostra como capaz de representar, descrever algo no mundo, não é suficiente para explicar o funcionamento semântico linguístico de um acontecimento de nomeação, muito menos é capaz de responder o porquê e como uma palavra ou expressão se torna nome e significa como tal. Uma análise enunciativa mais detalhada poderá desfazer essa aparente relação e nos permite considerar outro caminho para dizer dessa questão. Dar nome às coisas no mundo não se reduz a uma simples ação do indivíduo numa dada situação, como aparentemente possa se mostrar, conforme o nosso relato acima. Não se reduz a essa mera relação situacional e comparativa. Isto porque os sentidos de um nome são construídos e se constituem historicamente na enunciação. O acontecimento de nomeação produz o efeito que passa a significar o referido, a dar existência histórica àquilo que foi nomeado. Essa tomada de posição nos leva a considerar a nomeação como um acontecimento do dizer no qual se dá na relação do sujeito com a língua, tomados na história.*

(TaisirMahmudoKarim)

*A designação é aquilo que o nome significa no acontecimento, é uma relação linguística de sentido enquanto exposta ao real, ou melhor dizendo, enquanto uma relação linguística tomada na história. A designação é produzida no acontecimento pelo processo enunciativo e, portanto, ela é instável, embora funcione sob o efeito da estabilidade.*

(Eduardo Guimarães)

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua permissão para realizar esse sonho. Ele que é essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia.

À Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado – UNEMAT e aos seus professores do Curso de Letras e demais Instituições, que firmaram parcerias para a concretização da implantação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, pois favoreceram a consolidação efetiva da pesquisa, a qualificação de profissionais da área tanto em nível de Mestrado quanto de Doutorado.

Ao meu orientador Prof. Doutor Taisir Mahmudo Karim por sua leitura atenta, suas sugestões, auxílio nesse percurso e melhoria significativa no meu conhecimento profissional, bem como por me oportunizar a participar da pesquisa na área da Semântica do Acontecimento, na Linha de Pesquisa: Estudo de Processos de Significação.

Aos professores do Programa de Pós-graduação *Stricto Senso* em Linguística que muito contribuíram para a minha aprendizagem.

Agradeço com carinho a convivência prazerosa com meus colegas e amigos de Mestrado e do grupo de pesquisa *Significar-MT* da UNEMAT pelos nossos maravilhosos encontros de sextas-feiras.

Aos professores da banca examinadora da qualificação pela orientação e sugestões na pesquisa.

Ao meu esposo Claudenir Santos Viana pelo companheirismo e compreensão.

Aos meus filhos Magdiel e Heloana pelo incentivo e inspiração para seguir meus estudos.

Aos meus pais Otacílio (*in memoriam*) e Maria por me educarem e me mostrarem o caminho dos estudos.

Às minhas amigas Solange e Francieli pela amizade, companheirismo e por terem me auxiliado neste trabalho.

À minha amiga Susanne Castrillon que me ajudou nos momentos mais difíceis.



## RESUMO

Este trabalho, inscrito na linha de pesquisa, *Estudos de Processos de Significação*, do Programa de pós-graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado –UNEMAT, propõe refletir sobre o movimento de sentidos da palavra *Império* na obra intitulada “Império” – (2001) de Michael Hardt e Antonio Negri. Pontualmente, analisa-se o movimento de sentidos da palavra nos recortes extraídos da obra *Império*. Para tanto, nosso estudo toma o movimento semântico que leva o nome a significar no acontecimento da linguagem por considerar que a linguagem funciona por estar exposta ao real, enquanto constituída materialmente pela história. Desta forma, tomamos os estudos enunciativos, notadamente, os construtos teóricos-metodológico da Semântica do Acontecimento/Enunciação (2002, 2011 e 2018), desenvolvidos por Eduardo Guimarães. O *corpus* se constitui de recortes do livro *Império* (2001) e a partir deste estudo, pretende-se mostrar que o processo de designação não é algo aleatório, nem unívoco, pois nessa posição a língua está sempre sujeito a falhas. Mostraremos que uma palavra ou expressão pode construir uma rede de sentidos em sua relação com sujeito, língua e história.

**Palavras-chave:** Império; Semântica do Acontecimento; Designação; Procedimentos de reescrituração.

## **ABSTRACT**

This work, registered in the research line, Studies of Significance Processes, from the Stricto Sensu postgraduate program in Linguistics from University of Mato Grosso State (UNEMAT), proposes to reflect on the movement of meaning of the word empire in the work entitled "Empire" - (2001) by Michael Hardt and Antonio Negri. punctually, the movement of the meanings of the word is analyzed, in the clippings taken from the Empire book. Our study takes the semantic movement that takes the name to mean in the event of language because it considers that language works because it is exposed to the real, while constituted materially by history.. For that, we take the enunciative studies, notably, the theoretical-methodological constructs of the semantics of the event / Enunciation (2002, 2011, 2018), developed by Eduardo Guimarães. The corpus consists of clippings from the Império book (2001). From this study, it is intended to show that the designation process is not something random, nor univocal, because in this position the language is always subject to flaws, to new meanings constituted in relationship between the subject, language and history.

**Keywords:** Empire; Semantics of the Event; Designation; Rewriting procedures.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – DSD 01 .....	32
Quadro 2 – DSD 02 .....	33
Quadro 3 – DSD 03 .....	34
Quadro 4 – DSD 04 .....	35
Quadro 5 – DSD 05 .....	38
Quadro 6 – DSD 06 .....	39
Quadro 7 – DSD 07 .....	40
Quadro 8 – DSD 08 .....	43

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I.....	16
A HISTÓRIA DE UMA PALVRA: IMPÉRIO.....	16
CAPÍTULO II.....	22
<i>SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO: A DESIGNAÇÃO E O ESPAÇO DA ENUNCIÇÃO</i> .....	22
2.1 A Semântica do Acontecimento.....	22
2.2. Designação, DSD e determinação.....	27
2.3. Articulação e Reescrituração.....	28
2.4 Apresentação do <i>corpus</i> .....	30
CAPÍTULO III.....	32
IMPÉRIO: ANÁLISE DA PALAVRA NA OBRA.....	32
3.1 Recortes de 01 a 05 – Prefácio.....	32
3.2 Recortes de 06 e 07 - parte 1 - A constituição política do presente.....	38
3.3 Recortes 8 e 9 – parte 2 – Transições de soberania.....	39
3.4 Recortes 10, 11 e 12 – parte 3 - transições de produção.....	40
3.5 Recorte 13 – parte 4 – declínio e queda do Império.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	47

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está inserida na área de concentração “Estudo de Processos Linguísticos”, na linha de pesquisa dos “Estudos dos Processos de Significação”, com abrangência nos “estudos do funcionamento enunciativo da língua e dos processos de significação”. A partir deste enfoque, apresentamos uma reflexão linguística na perspectiva teórica da Semântica Enunciativa, sobre o funcionamento da palavra **Império**, de modo a verificar os sentidos constituídos no e pelo acontecimento de linguagem, no conjunto de enunciados retirados do livro intitulado *Império* publicado no ano de 2001 e de autoria de Michael Hardt e Antonio Negri. Neste livro o autor procura informar sobre a concepção de política na obra de Antonio Negri, filósofo e cientista político italiano, um dos grandes nomes do pensamento socialista atual. Tendo como eixo central a concepção de política, encontrada em seu mais famoso livro, *Império*, escrito junto com Michael Hardt.

A Semântica do Acontecimento, de Guimarães (2002), foi utilizada como embasamento teórico. Essa teoria considera que sentido da palavra não é fixo, tampouco se reduz a um conceito ou definição; ele se constrói no enunciado, no texto que integra, na relação entre o acontecimento em que funciona e sua memória de enunciações. Por ela ainda, quatro elementos são decisivos: língua, sujeito, temporalidade e a materialidade histórica do real. A designação é uma relação linguística de sentido enquanto exposta ao real, ou melhor dizendo, uma relação tomada na história.

Para a análise em questão, consideramos que relação os elementos linguísticos marcam operações enunciativas que colocam em perspectiva o locutor com aquilo que ele fala. Essa relação se dá no acontecimento pelo agenciamento político da enunciação.

Para Guimarães, o político é um lugar de conflito. Ele está sempre dividido pela desmontagem da contradição que o constitui.

Entendemos que a palavra *Império* chama a atenção por seus vários significados em diferentes épocas, e neste livro a qual propus a ler é uma leitura contagiante onde essa palavra está presente em todos os capítulos dando sentido de um novo *Império* e é um livro brilhante onde a leitura não precisa ser uniforme é permitido ler qualquer capítulo e a compreensão é fantástica, o escritor tras a memória do *Império* antigo reportando ao seu tempo mas dando ênfase em um novo *Império*.

Propõe-se como centro desta pesquisa o estudo dos sentidos da palavra *Império* no livro *Império*. O funcionamento enunciativo da palavra *Império* significa neste espaço um novo

sentido de Império que está sendo articulado em toda obra. Ou seja, um Império do mundo contemporâneo e não um Império que recorta o memorável do imperialismo europeu. Desse modo, analisa-se o funcionamento enunciativo da palavra e assim compartilha-se com a ideia de sentido apresentada por Guimarães (2018), para quem o sentido se dá “[...] como a significação do enunciado, constituído pela integração do enunciado ao texto, em virtude de sua interdependência relativa. E a semântica é nessa medida o estudo dos sentidos enunciados” (GUIMARÃES, 2018, p. 18).

O *corpus* analisado trata-se de um livro que expõe a genealogia das forças imperialistas. Os autores apresentam o modo como essas forças se configuram no mundo contemporâneo e como foi possível essa determinada configuração. Império expõe tanto a configuração do poder e da soberania atual quanto as condições e possibilidades de luta e resistência contra esse poder.

Inicia-se essa pesquisa entendendo as mudanças de configuração da soberania moderna para a pós-moderna, ou seja, em outras palavras, a genealogia do Império. A enunciação sobre o Imperialismo atenua que ele pode estar mais próximo do processo da globalização do que se supõe.

Embora os Imperialismos como foram pensados e conjecturados não existam mais, a ideia de Império continua viva. O entendimento do sentido de Império exhibe uma ordem universal não demarcada, ou seja, o movimento do capital financeiro na atualidade é complexo e em oposição à dicotomia padronização x diversidade. A hegemonia dessa modalidade de Império opera de forma vertiginosa em fluxos que diminuem distância por velocidades e se efetiva de modo flexível, enredando e atuando em favor da produção industrial. É válido destacar ainda que a flexibilidade deixa a assimetria globalizadora capaz de movimentos desdobráveis para lucrar de alguma maneira.

O novo Império conduz as margens da diferença observando atentamente o mercado e o seu consumidor mais resistente à padronização. Assim, se nos Impérios anteriores as lógicas produtivas voltavam-se mais ao nacional, agora há uma imposição de critérios das corporações supranacionais, ou seja, a transnacionalidade existente atual. Mas não impede que as corporações construam suas bases em determinados territórios a fim de regularem os fluxos econômicos. Desta forma, arquitetam paradigmas econômicos e modelos simbólicos para um conjunto do mundo. Se antes havia estratégias puramente nacionais que conduziram modelos econômicos, hoje são insuficientes e equivocadas do ponto de vista político.

Diante deste cenário, os autores Michael Hardt e Antonio Negri se expressam na obra supracitada. Para eles, há uma nova ordem política da globalização, o livro expõe como o

império emergente não é tão diferente da dominação imperialista europeia e da expansão capitalista ocorridas respectivamente no início do século XIX e século XX. Assim, enunciam que apenas o Império de hoje traz elementos do constitucionalismo americano, com sua tradição pluricultural de expansão de fronteiras.

Esta pesquisa está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo apresentamos *A História de Enunciação da Palavra império*, na qual considera-se pertinente o que se diz da palavra Império no conjunto de textos específicos tomados como materialidade linguística de verificação, a partir de olhares multidisciplinares, ou seja, como Império significa nesses acontecimentos de linguagem.

No segundo capítulo tratará especificamente sobre a *Semântica do Acontecimento e a Designação como o Fundamento para se pensar e reflexionar a linguagem com o mundo*, para pontuar as reflexões propostas em *Semântica do Acontecimento* (GUIMARÃES, 2002; 2018), bem como apresentar um breve histórico enunciativo dos procedimentos teórico-metodológicos, como a noção de designação, procedimento de Reescrituração e Articulação.

O terceiro capítulo está dedicado às análises e nesta seção é apresentado os recortes que integram a expressão Império, tomados no acontecimento de linguagem que constitui a obra: *Império* escrita por Michael Hardt e Antonio Negri, no ano de 2001 e que constitui o *corpus* deste trabalho, configurado no espaço político das línguas e falantes que enunciam a palavra Império.

Para esta pesquisa partilha-se da ideia de *corpus* que Karim (2012) estabelece quando diz que “O estabelecimento de um *corpus* para as análises nos estudos de linguagem requer, antes de tudo, uma tomada de posição em relação ao procedimento teórico-metodológico, com o qual o pesquisador irá efetivamente desenvolver a análise”(KARIM, 2012, p.47).

## CAPÍTULO I

### A HISTÓRIA DE UMA PALVRA: IMPÉRIO

*A leitura de império se prova absolutamente salutar(...) alternativa utópica indispensável a todo cidadão ansioso por criar práticas democráticas reais.*

(ESSAIS)

Dizer sobre a história de uma palavra não parece ser algo complexo, no entanto, quando se trata da história de enunciação da palavra ou expressão, consideramos que essa passa a ser uma busca aprofundada. Neste estudo a palavra Império é tomada como objeto de análise que assume e reflete sobre como os sentidos dessa palavra são construídos enunciativamente.

Tomando o conceito de político de Guimarães, procuramos compreender o atual estágio da pesquisa sobre a concepção política. Essa concepção é o eixo central e norteador das argumentações dos escritores. Assim sendo, buscamos desdobrar o sentido de Império, fazendo-o incidir sobre outros, para melhor compreender as ideias desses pensadores, bem como suas análises argumentativas sobre as mudanças, limites e possibilidades da política no mundo contemporâneo..Para responder a essas questões, investigaremos o que a palavra Império designa ao longo do corpus. A designação é entendida como a significação de um nome enquanto “uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história” (Guimarães, 2002, p.9). Não se trata, como afirmamos anteriormente, de um sentido fixo ou único, mas do modo como o presente do acontecimento trabalha sobre a latência de significação da palavra, repetindo e/ou deslocando sentidos, e de que modos.

Neste capítulo, apresentamos alguns aspectos sobre a história de enunciação da palavra Império. Não se trata de uma história tomada no sentido cronológico, trata-se da história de uma palavra na sua relação enunciativa, no seu funcionamento de linguagem em acontecimentos diversos. Nessa perspectiva, consideramos a palavra Império como um enunciado, ou seja, como uma unidade de análise em acontecimentos específicos.

As análises sustentam-se no materialismo histórico como ancoragem da enunciação, de acordo com os pressupostos da teoria da Semântica do Acontecimento desenvolvida por Guimarães (2002, 2011, 2018), para quem o estudo da significação se constitui no funcionamento de linguagem na sua relação com a historicidade. Ao considerar a posição dessa formulação teórica, esquadrihamos como se constituiu a história de enunciação da palavra e em que medida essa história movimentava sentidos responsáveis pela construção de uma rede semântica que a designa e a determina diferentemente em textos diversos. A seguir,



apresentamos um percurso que movimenta enunciados na construção de sentidos da palavra Império.

### **O étimo da palavra império: sentidos constituídos na história**

Nesta seção trataremos de algumas considerações sobre o sentido de Império. Para tanto, consideramos a história de enunciações da palavra Império a partir do movimento importante para a constituição dos sentidos da palavra Império na contemporaneidade. No entanto, buscamos nesta pesquisa olhar para a palavra Império do ponto de vista linguístico, tendo como base o viés teórico dos estudos enunciativos.

O sentido de império tem suas raízes etimológicas no latim *imperium*. Segundo a AAVV- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira(2002), esse termo designava, na Roma Antiga, numa primeira fase, o poder público do rei. Posteriormente, durante a República, o poder dos magistrados que imputava aos cidadãos plena obediência. Na medida em que se identificava com o poder de comandar exércitos, aplicava-se com maior relevância em tempos de guerra. Nas províncias de Roma, os *procônsules* romanos eram os legítimos detentores do poder civil e militar, pois detinham o chamado *imperiumproconsulare*. Vale ressaltar que em 23 a. C., Augusto outorgou-se o *imperiumproconsulare* sobre todos os domínios de Roma e tornou-se imperador.

Percebe-se que em oposição ao reino, o império é um Estado vasto, formado por diversos povos onde um deles exerce supremacia. Na sua essência é monárquico com um poder centralizado e sacralizado que de algum modo não há império sem príncipe e sem imperador. É um espaço conquistado e um espaço organizado. Na sua expansão territorial, abrange diferentes identidades culturais.

A gênese do conceito de Império localiza-se, portanto, na primeira instituição política, ou seja, na Roma Antiga, que como acontecimento histórico legitimou-se como tal. De acordo com Hardt e Negri (2001), o Império

constitui o tecido ontológico no qual todas as relações de poder são costuradas – relações políticas e econômicas, assim como relações sociais e pessoais. E nesse híbrido domínio da estrutura biopolítica do ser que a estrutura interna da constituição imperial é revelada, porque na globalidade do biopoder toda medida fixa de valor tende a ser dissolvida e o horizonte de poder é revelado finalmente como um horizonte fora de medida (HARDT; NEGRI, 2001, p. 376-77)

Portanto, esse termo escorreu para além do território de Roma e foi retrospectivamente aplicado pelas fontes historiográficas ocidentais a formações políticas anteriores ao Império Romano, como a China da dinastia Qin e a Babilónia. Também foi utilizado para assinalar estruturas diversas como os domínios dos Habsburgos, a monarquia russa, as possessões mongóis ou as coroas europeias envolvidas na expansão ultramarina (AAVV, 2002, p.133).

No campo estritamente político, o conceito de Império tem servido para evidenciar relações económicas ou culturais supostamente marcadas por fortes disparidades de poder. Há também para os autores de Império uma distinção entre império “clássico” e império colonial: o primeiro tem como “tipo ideal” Roma, com a sua dupla matriz de conquista e ocupação militar, bem como pela concessão de cidadania ao conjunto dos habitantes, graças ao édito de Caracala de 212 d.C. Já a segunda concepção de Império apresenta uma tipologia mais pormenorizada, ou seja, levar-nos-ia a estabelecer muitas outras distinções, desde os impérios que constituíram verdadeiras áreas civilizacionais como o chinês ou o árabe, até aos que se formaram por conquista e agregação, salvaguardando as unidades pré-existentes como o napoleónico ou o austro-húngaro.

Há ainda gêneros de Impérios. Um pré-moderno, ligado às civilizações agrárias e outro moderno, ligado à sociedade industrial. O pré-moderno tinha como princípio de sustentação a extensão territorial como condição para a captação de imposto em larga escala. Assim, pode-se notar que a forma predominante de organização política antes da idade moderna foi o império que tinha a pretensão de criar um império universal, o elemento principal da política pré-moderna. Nesse sentido, tinha como fator determinante deste ciclo dos impérios a formação social baseada numa estrutura agrícola, onde a riqueza das sociedades e o poder dos Estados fundava-se na exploração do camponês e na agricultura escravagista. A dimensão das mais valias económicas derivadas da agricultura e dos tributos imperiais dependiam da extensão do controle territorial. Assim, a cobrança de impostos a camponeses e a mercadores sustentava o poder político centralizado e exigia o domínio sobre vastos espaços geográficos e humanos.

Os autores destacam que há distinção entre o poder tipicamente imperial de outras formas de poder, pois não ocorre uma noção de império informal, nem a aplicabilidade do qualificativo imperial aos padrões de dominação que possam resultar do comércio mais ou menos livre. Por essa razão, é característico do Império o recrutamento de soldados e dos estratos mais baixos da classe administrativa entre os conquistados a fim de garantir um exercício mais efetivo do poder.

Exigem assim, uma série de requisitos formais. O essencial das definições formais de Império é o papel que atribuem a um poder estatal forte e centralizador, capaz de determinar

quais os projetos imperiais a levar a cabo, em que área geográfica do globo, com que instrumentos e com que objetivos. Assim, nesse contexto, o termo Império designa um sistema político contendo territórios extensos e altamente centralizados, nos quais o centro personificado, quer na pessoa do imperador quer nas instituições políticas centrais, constitui uma entidade autônoma.

Para os europeus, o Império tornou-se o movimento da expansão ultramarina das principais potências europeias nos séculos XV, XVI e XVII. Assim sendo, o império era entendido como poder político sobre Outros, ou seja, envolve o exercício de uma autoridade soberana adquirida, numa primeira instância, pela força os impérios coloniais europeus ou “terras de conquista”. Para os europeus, existiria como que uma afinidade natural entre um grupo étnico e um dado território, daí decorrendo que cada povo possuiria um direito natural a ser governado, no seu território por um dos seus.

Neste sentido, a noção de Império colocava o problema da violência sobre o Outro e da ocupação das suas terras já se havia manifestado, ainda que não em toda a sua amplitude, na relação dos europeus com os mouros. Só que, nesse caso, podia-se sempre argumentar que estes haviam ocupado território originalmente europeu, que tinha de ser recuperado. A conquista legitimava-se como reconquista. A expansão marítima, para lá das fronteiras naturais da Europa, vem colocar o problema da relação com o Outro não europeu e não cristão num novo patamar de complexidade. Esse discurso chega pela ideia da condição de autóctone, a qual, segundo a crença na interdependência entre tribo e lugar, legitima o exercício da soberania sobre um determinado território. A teologia escolástica alargou consideravelmente o leque de razões justificativas de uma guerra justa e passou a ser legítimo guerrear pela defesa do direito de sociedade e de comunicação, para evangelizar, para defender os indígenas convertidos, para auxiliar aliados, por razões de humanidade, contra um tirano, entre outras.

As potências europeias simplesmente negavam a existência de qualquer tipo de conquista. Assim, por exemplo, nem franceses nem britânicos haviam conquistado o que quer que fosse na América do Norte. E os espanhóis, cujas possessões na América do Sul eram indiscutivelmente produto da conquista militar, proibiram o uso oficial do termo **Império**. Assim, continuava a existir, a ocidente, apenas um império, o Romano-Germânico, herdeiro juridicamente reconhecido de Roma. Aos espanhóis o termo referente de seus domínios era reino ou monarquia. Os ingleses mantinham a distinção entre colônia e os reinos que compunham a sua monarquia. Portugal e a Holanda observavam as suas possessões ultramarinas como entrepostos comerciais.

E somente mais tarde que o conceito de Império é recuperado. Quando surgem os nacionalismos que emergem na Europa do século XIX que serviram do termo império para considerar a aquisição/conquista de possessões ultramarinas como fonte de orgulho e instrumento para a manutenção da coesão nacional em tempos de crise. As definições formais de Império que enfatizam a componente estritamente política não ignoram, de acordo com Hardt e Negri (2001), a dimensão econômica, pois a apropriação dos recursos dos conquistados será notada como uma das práticas caracterizadoras de um império.

Porém, entre o final do século XV e início do XVI ocorre a emergência da chamada economia-mundo europeia devido a consequência da expansão marítima. Assim, na Europa Ocidental, a dissolução do Império Romano deu lugar ao feudalismo que por mais limitado que fossem, o comércio desempenhava o seu papel, especialmente no estabelecimento dos fluxos entre o campo e a cidade. Mas, no século XIV, uma crise profunda atinge o sistema feudal, causando a retração da produção agrícola e da população. O feudalismo havia atingido os seus limites, e a solução que restava à Europa Ocidental era a o ultramar. O comércio longínquo, até então uma atividade limitada, começa a tornar-se estruturante. Tratava-se de uma economia, pois nas relações entre as diversas frações do sistema eram acima de tudo, econômicas, antes de serem políticas ou culturais.

Essa economia-mundo capitalista possui características imperiais, o que nela está em jogo são relações de dominação entre povos. A definição de Império pode ser aplicada pela geometria de poder do capitalismo moderno. Na verdade, trata-se de uma forma de império mais sofisticada do que a propriamente política. Mas, requeria o estabelecimento e manutenção de uma pesada estrutura administrativa e militar que acabava por consumir uma parte importante dos benefícios gerados pela própria dominação.

Importa ainda dizer de uma outra forma de Império, a cultural que diz respeito à esfera na qual os sujeitos, individual e coletivamente constroem significados para as suas vidas através de práticas de representação simbólica. Aqui o Império resulta da alteração da percepção do Outro relativamente ao significado da sua própria vida, por via da influência da cultura dominante. O cristianismo, por exemplo, na expansão marítima europeia foi uma forma de garantir a sua própria difusão, como movimentos indissociáveis. Assim, o cristianismo exigia do Outro uma reconstrução da consciência individual que impunha às populações nativas a recriação de ideias e de noção de um eu.

Então, não era o cristianismo o ponto mais relevante, mas o Império como a transformação radical das rotinas e dos hábitos da vida quotidiana. Esta forma de dominação imaterial opera ao nível das consciências, mas de modo variável, onde a própria cultura

dominante sofreu transformações através do contato com o Outro. Assim, os fluxos culturais não se reduzem a uma lógica unívoca, prevista e controlada por um projeto de poder imperial. Mas, deixa marcas muito profundas na cultura dos dominados.

Assim observamos que a palavra império ao longo dos séculos, nos recortes selecionados, constrói em sua história enunciativa, sentidos que são afetados por dois lugares, sendo o primeiro da etimologia, e o segundo do jurídico, pois, a partir de acontecimentos que marcam sócio-historicamente a palavra império. Isto só é possível porque os enunciados que circulam nos espaços de enunciações sobre império significaram e ao longo dos séculos e ressignificam no século XXI.

## CAPÍTULO II

### *SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO: A DESIGNAÇÃO E O ESPAÇO DA ENUNCIÇÃO*

*Os textos fazem parte da história de todos nós,  
com maior ou menor força. Não há como não se  
deparar com eles sempre [...] eles são decisivos  
para tudo que fazemos hoje*

(GUIMARÃES, 2012)

#### 2.1 A Semântica do Acontecimento

Neste capítulo iremos tratar de alguns conceitos apresentados pela teoria da Semântica do Acontecimento que nos auxiliaram no capítulo de análise desta pesquisa. Assim, o semanticista Eduardo Guimarães, na teoria da Semântica do Acontecimento faz os devidos deslocamentos, filiando-se com a Semântica Argumentativa de Ducrot (1988), enunciativa por Benveniste (1970), bem como um diálogo em alguns pontos com a Análise de Discurso de Linha Francesa para mostrar que a enunciação tem uma determinação social e histórica.

Como já dito, tomamos como base os pressupostos teóricos da Semântica do Acontecimento, com o objetivo de pensar como acontece a linguagem em que a questão da referência ocorre do acontecimento em que funciona, bem como o seu sentido, diferenciando-se de um efeito de evidência e transparência, e aproximando de uma relação linguística que se refere ao real da língua historicamente considerada.

Nessa perspectiva teórica, a linguagem permite ao indivíduo falar do mundo, isto é, com a linguagem se diz de um todo no mundo, do que esse todo representa nele, pois, a linguagem, determina algo. Além disso, sabe-se que um de seus modos de produzir sentidos é pela enunciação.

Eduardo Guimarães postula que “[...] a *enunciação* diz respeito a algo que ocorre quando se diz algo”. Assim, do ponto de vista do autor, “trata-se, de um acontecimento, o acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, p. 18, 2018). O acontecimento é definido como “diferença na sua própria ordem” (Guimarães, 2002, p.12).

Observe como ocorre a abordagem da concepção de “acontecimento” para Guimarães (2002) e suas características:

O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ou seja, ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. Ele instala uma temporalidade: essa a sua diferença. De um lado o acontecimento constitui um presente e abre uma latência de futuro, sem a qual ele não é um acontecimento de linguagem, sem a qual ele não significa, pois sem ela nada há aí de projeção de sentido. O acontecimento tem como seu um depois incontornável e próprio do dizer. Por outro lado este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um memorável que os faz significar. (GUIMARÃES, 2002, p. 59)

Ora, essa colocação teórica de Guimarães exige entender que a posição de saber inclui, no seu objeto, a consideração de que a linguagem fala de algo. Não há como pensar uma Semântica Linguística sem considerar que o que diz é, obrigatoriamente, construído na linguagem. Assim, o real que a palavra enuncia num texto e significa está num determinado tempo de acontecimento e, também, perpassa pelas suas enunciações.

A diferença na enunciação se faz a partir da temporalização: o acontecimento instaura uma temporalidade que não é cronológica, mas simbólica. Inscrito no interdiscurso, memória ideológica de sentidos<sup>1</sup>, o acontecimento enunciativo configura o seu presente pela rememoração de um passado de enunciações (os memoráveis), a partir dos quais projeta um futuro de interpretação. Este movimento é político. O político (ou a política) na enunciação é caracterizado “pela condição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos” (GUIMARÃES, *Ibidem*. p.16).

Outro conceito importante para os estudos semânticos é o conceito de designação que é entendido como a significação de um nome enquanto “uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história” (Guimarães, 2002, p.9). Portanto, se trata, do modo como o presente do acontecimento trabalha sobre a latência de significação da palavra Império, repetindo e/ou deslocando sentidos, bem como de que modo é enunciado.

Assim sendo, ao procurar conceituar “acontecimento”, na linha da Semântica do Acontecimento, entende-se que este se constitui como discurso em uma prática descontínua, que se apresenta com temporalidades diferentes. Desta forma, o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo, e muito menos a ordem dos corpos. Isso porque é no âmbito da materialidade que ele se efetiva, segundo salienta o teórico Foucault

---

<sup>1</sup>A *memória interdiscursiva* ou *interdiscurso* é compreendida como o conjunto do dizível historicamente constituído, tal como a define a *Análise do Discurso* (AD) de linha francesa (Pêcheux, 1975; Orlandi, 1996). Esta memória se atualiza e se refaz na relação entre discursos, entendidos como “efeitos de sentidos entre locutores”, produzidos na enunciação (Orlandi, *ibidem*, p.38).

(2006): “que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material” (FOUCAULT, 2006, p.57-58).

A Semântica do Acontecimento assume que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer. Nessa perspectiva, considera-se que o sentido da palavra não é fixo, tampouco se reduz a um conceito; ele se faz no enunciado, no texto que integra, pela relação que tem com o acontecimento em que funciona. É uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer (GUIMARÃES, 2005, p. 7), a Semântica do Acontecimento (2002) define-se como o “[...] lugar em que se trata a questão da significação ao mesmo tempo como linguística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia” (GUIMARÃES, 2010, p. 85).

O acontecimento tem materialidade que o leva a possuir significação e que precisa ser interpretado no jogo de sua instância, na pontualidade em que se mostra e em sua dispersão temporal. Nas palavras de Foucault (2002) “é preciso aceitar introduzir a casualidade como categoria na produção dos acontecimentos.” (FOUCAULT, 2002, p.59), portanto, significa, restabelecer ao discurso sua condição de “acontecimento”.

Outro ponto que nos interessa também é afiliação de Guimarães em relação a Ducrot em *Teoria da Polifonia* que constitui-se pelo conceito de sujeito polifônico na enunciação. Porém, quanto à posição da enunciação como um acontecimento histórico, Guimarães (2010, p.61) produz um deslocamento, pois compreende que “o histórico diz respeito somente à temporalidade, ou seja, a cada momento tem-se outro acontecimento”. Portanto, ao incluir a história, a partir do diálogo com a Análise de Discurso, incide em uma ruptura em relação à semântica linguística postulada por Ducrot. Essa perspectiva histórica é fundamental para o conceito de memorável que Guimarães apresenta.

Ao formular a definição de enunciação, Guimarães marca as conexões dialógicas que mantém com a Análise do Discurso:

[...] um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento (GUIMARÃES, 1995, p. 70)

O teórico também trata da relação do locutor com a língua, na perspectiva de que a semantização é considerada relativamente ao funcionamento da língua: “Todo acontecimento



de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro” (Idem, 2002, p.12), notam-se deslocamentos quanto à reorganização no conceito de enunciação. Conforme define em *Enunciação e História*, a enunciação é “o acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado” (1989, p. 78), por conseguinte, o acontecimento não é algo exterior à língua, à enunciação, mas é a própria enunciação, acompanhando o pensamento de Ducrot. Todavia, em *Texto e Enunciação* apresenta a história e o social diferentemente, como “acontecimento histórico” ou “como um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento”.

Na semântica que se constitui a partir de Guimarães, os deslocamentos são específicos. Por exemplo, enquanto a teoria benvenistiana se centra no tratamento dado ao sujeito da enunciação à centralidade do sujeito, como aquele que “simplesmente e onipotentemente se apropria da língua”. Em Guimarães (2002) a enunciação é um acontecimento que se constitui pela relação do sujeito com a língua. Essa proposição de acontecimento de Guimarães afirma que para sua constituição considera-se, além do sujeito e da língua, os elementos da temporalidade e o real.

Pontua-se que a teoria desenvolvida por Eduardo Guimarães se distingue das demais teorias linguísticas por apresentar conceitos como enunciado e enunciação, numa perspectiva precisa do que seja o histórico na língua. De tal modo, amplia um novo conceito de enunciação: ela é entendida como um acontecimento de linguagem determinado sócio historicamente (GUIMARÃES, 2005).

Neste estudo, a língua é compreendida enquanto espessura material e histórica, ou seja, não se pode considerá-la como objeto abstrato; ao contrário, são objetos históricos. Desta forma, sempre se relacionam inseparavelmente de seus falantes. Para Guimarães (2002, p. 11), “não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente enquanto no mundo físico, mas enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico”.

Para tanto, a Semântica do Acontecimento toma a enunciação enquanto o acontecimento do funcionamento da língua no espaço de enunciação. Compreende-se também o conceito de espaço de enunciação que está configurado por uma disputa entre as línguas e os falantes. O falante não é uma pessoa, enquanto tal, um ser físico, biológico, psíquico. O falante é um “ser” de linguagem, constituído por uma relação de línguas:

Os falantes não são os indivíduos, as pessoas que falam esta ou aquela língua. Os falantes são estas pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam. Neste sentido, falantes não são as pessoas na atividade físico-fisiológica, ou psíquica, de falar. São sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2002, p.18)

Assim,

Se o falante é agenciado em que o lugar que diz, este lugar que diz só o faz na medida em que o falante se divide em *lugar que diz* e *lugar social de dizer* (chamamos este lugar de *alocutor*), um lugar oficial, no caso: o falante ao ser agenciado a enunciar é dividido, pelo próprio agenciamento do falante, em Locutor e alocutor. De um lado o Locutor se apresenta como o lugar que diz, de outro o lugar que se diz só diz enquanto de um lugar social do dizer. Tal como indicamos acima, chamamos o primeiro dos dois lugares desta divisão de Locutor (ou L, simplesmente), e chamamos o segundo dos dois lugares, o lugar social do dizer, ou alocutor(-x), ou simplesmente al-x, onde x é uma variável a ser preenchida pela consideração do lugar específico em que o falante é agenciado. O agenciamento do falante a dizer constitui o que chamamos de *cena enunciativa*, que caracteriza as relações de uma *alocução*. O espaço de enunciação constitui-se assim como um litígio. Este caráter político é também próprio do acontecimento de enunciação. (FERRAREZI, s/a, p.44-45)

Por conseguinte, o que se enuncia é necessariamente construído na linguagem, e de modo ímpar e singular no processo histórico de significação. O que diferencia na enunciação é que ela se faz a partir da temporalização, ou seja, o acontecimento instaura uma temporalidade que não é cronológica, mas simbólica. Com isto o acontecimento enunciativo configura o seu presente pela rememoração de um passado de enunciações, a partir dos quais projeta uma futuridade (futuro de interpretação). Deste modo, sobre a temporalidade o semanticista diz que,

[...] constitui o seu presente e um depois abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciados, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nessa medida que o acontecimento é diferença de sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma temporalização, novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação. (GUIMARÃES, 2005, p. 12)

Sabe-se que uma das características do acontecimento é que ele, o acontecimento, é político. Assim Guimarães (2005) o define como sendo,

caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. (GUIMARÃES, 2005, p. 16)

Deste modo, o que se pode dizer é que enunciação não se caracteriza por intenções de alguém. O sentido constitui-se pelos modos de agenciamento do acontecimento de linguagem. O Locutor, ao ser agenciado com aquele que diz, fala somente na medida em que o falante é também agenciado por um lugar social e político, o de representante do império português.

A teoria Semântica do Acontecimento aborda outros conceitos que tomaremos como procedimentos de análise. Dentre eles estão o processo de *Designação* da palavra. Assim, dedicamos um tópico para discutir a *designação* e o *Domínio Semântico de Determinação*.

## 2.2. Designação, DSD e determinação

A configuração do Domínio Semântico de Determinação (designação de um nome) é produzida pela análise a partir da observação dos modos de enunciação de reescrituração e articulação estabelecidos.

O Domínio Semântico de Determinação (DSD) considera as relações de atribuição de sentido que podem ser encontradas entre as palavras de um texto, ou textos. Por isso, são importantes as relações de reescrituração e como se dão as articulações em relação a isso.

As relações entre as palavras são escritas no DSD por meio de alguns sinais específicos, determinados por Guimarães (2007): “ $\vdash$  ou  $\dashv$  ou  $\top$  ou  $\perp$  (que significam determina); — que significa sinonímia; e um traço como \_\_\_\_\_, dividindo um domínio, significa antonímia” (GUIMARÃES, 2007, p.81).

O fundamental quanto à designação é pensar que ela é o sentido de um nome pelo qual se recorta o real, o mundo das coisas. E é nesta medida que a designação possibilita falar do mundo, de modo a construir o sentido da coisa existente, ou seja, um nome que vai além de uma simples denominação, pois constitui um texto carregado de historicidade e significação.

Relativamente à designação distingue-se a referência, relação específica de uma expressão linguística e algo num acontecimento particular de enunciação. A referência realiza-se exatamente em virtude do que o nome significa, designa. Nesta medida, considera-se que a linguagem é o que dá condições para se falar a alguém. Não porque sua significação seja uma relação referencial, mas porque sua significação constitui as coisas enquanto coisas significadas. A referência não é o fundamento do sentido, é algo que resulta, necessariamente, do sentido.

Já a constituição da designação se dá nos acontecimentos enunciativos e movimenta os lugares envolvidos, segundo uma dinâmica própria ao funcionamento dos enunciados. Pela consideração da dinâmica da cena enunciativa podem-se indicar as relações de dizeres internos

a ela. Por exemplo, um enunciador alude o dito de outro enunciador; o alocutor apresenta o dito de um enunciador. Isso mostra que, tal como para o funcionamento da designação, na medida em que as coisas já estão significadas, fala-se permanentemente delas.

Assim Guimarães mostra que "[...] dizer o que um nome designa é [...] poder dizer com que outras palavras ele se relaciona no que [vem] chamando *Domínio Semântico de Determinação* (DSD) (GUIMARÃES, 2004, p. 5). Trata-se do sentido de uma palavra operando relações de determinação estabelecidas enunciativamente no texto.

Guimarães, em seus estudos, mostra que o processo de designar é algo simbólico e, também defende que,

[...] a organização enunciativa, o como se diz, é um processo constante de determinação. Analisar este processo é buscar interpretar como e quais determinações se dão num acontecimento específico de linguagem, um texto, por exemplo. Acontecimento, de resto, determinado por outros acontecimentos anteriores e posteriores (GUIMARÃES, 2004, p. 6).

### **2.3. Articulação e Reescrituração**

Outros procedimentos analíticos importantes para este trabalho são os de Articulação e Reescrituração propostos por Eduardo Guimarães.

A análise deve levar em conta estes dois aspectos. Os modos de articulação se apresentam em virtude da primeira das características, e o de reescrituração, em virtude da segunda. A caracterização destes modos de relação é, portanto, decisiva para o processo de descrição e análise semântica dos enunciados. Chamamos de articulação as relações como predicação, complementação, caracterização (relação determinante – determinado), e outras, tradicionalmente considerados no estudo da frase ou enunciado. Tal como defini em Guimarães (2009, p. 51) “uma articulação é uma relação de contigüidade significada pela enunciação”. Em outras palavras, a articulação é um modo de relação local entre elementos linguísticos que significam pela relação com os lugares de enunciação agenciados pelo acontecimento.

Estas relações funcionam na organização dos enunciados. De um lado podemos considerar que os enunciados se constituem por uma relação de enunciação específica que constitui unidades com consistência interna estabelecida, exatamente por estas relações de articulação. Na organização dos enunciados funcionam relações gerais específicas que podemos considerar em três modos diferentes: dependência, coordenação e incidência. A articulação por dependência se dá quando os elementos contíguos se organizam por uma relação que constitui, no conjunto, um só elemento, a articulação de coordenação é aquela que toma elementos de

mesma natureza e os organiza como se fossem um só da mesma natureza de cada um dos constituintes e a incidência é a relação que se dá entre um elemento externo a outro que, ao se articular com ele, forma a um elemento do segundo tipo.

Nas articulações de dependência e coordenação o acontecimento especifica uma operação pela qual o Locutor relaciona elementos do enunciado, na articulação por incidência o acontecimento especifica uma operação pela qual a enunciação de um lugar de Locutor se relaciona à enunciação de lugares de dizer (enunciadores) diferentes. Por outro lado, o dizer do enunciador individual alude o dizer do enunciador coletivo e o dizer do Locutor aparece como um dizer que significa uma posição, um aspecto importante na caracterização das articulações é que elas não são meramente relações internas ao enunciado, mas relações de contiguidade que fazem do enunciado um elemento que se integra a um texto.

A reescrituração é o modo de relação pelo qual a enunciação rediz o que já foi dito. Há reescrituração quando um elemento Y de um texto (uma palavra, uma expressão, por exemplo) retoma um outro elemento X do texto. Neste caso Y reescritura X. Este modo de relação enunciativa leva a interpretar uma forma como diferente de si. O elemento que reescritura atribui (predica) sentido ao reescriturado. Uma característica fundamental da reescrituração é que ela não se caracteriza pelas relações segmentais, ou de contiguidade, própria dos modos de articulação. (GUIMARÃES, 2018, p.85)

Para melhor caracterizar a questão da reescrituração pode ser por repetição, substituição, elipse, expansão e condensação pela repetição. Como se vê, os elementos de um enunciado para serem adequadamente analisados do ponto de vista enunciativo, serão considerados a partir deste modo de relação por reescrituração. É uma relação de um elemento de um enunciado com elementos de outros enunciados, próximos ou não. E isto é parte do modo de produzir sentido (a integração dos enunciados ao texto). Assim esta operação de redizer é decisiva no modo como os enunciados, integrados a um texto, significam.

O processo de reescrituração liga pontos de um texto com outros do mesmo texto, e os mesmos pontos de um texto com pontos de outro texto. Este processo, ao se dar, produz sentido na medida em que ao retomar alguma expressão faz com que ela signifique de outro modo. É o modo pelo qual o sentido se produz por estes modos de relação são variados. Desta maneira o processo de reescrituração constrói o sentido de palavras e de expressões lingüísticas, em virtude do próprio processo com que se dá. O que é fundamental é que uma retomada se faz não como a remissão ao mesmo, mas, ao contrário, ao se fazer, faz significar algo que não

estava significado. Por outro lado, a reescrituração apresenta as características da simetria e da transitividade.

Desde modo os procedimentos de descrição e análise precisam dar conta do modo de funcionamento dos enunciados na enunciação em virtude desta característica. Isto leva a considerar o que chamamos de modos de relação enunciativa por articulação e por reescrituração. A articulação diz mais diretamente respeito à produção da consistência interna e a reescrituração à produção da independência do enunciado e de sua relação de integração com o texto.

Nas palavras do autor:

A relação de integração é aquela que constitui sentido, ela se caracteriza por ser uma relação de um elemento lingüístico de um nível com um elemento de nível superior. E não se trata de uma relação caracterizada pela segmentalidade. A integração se faz por uma relação transversal entre elementos diversos e a unidade à qual se reportam. A relação entre os elementos não é de contiguidade, não se marca pela direção da segmentalidade. (*Idem*, 2011, p. 43).

Assim sendo, considera-se também que, o enunciado se caracteriza por ter “uma independência relativa em relação às sequências linguísticas que com ele integram o texto” (*Idem*, p. 21). Portanto, analisa-se os sentidos de uma palavra, verificando o seu funcionamento em enunciados que integram os textos.

Deste modo, considera-se que “as análises são feitas de recortes específicos que sejam decisivos relativamente ao funcionamento do sentido da palavra. Recortes decisivos são aqueles que trazem, proeminentes, características do fato que, se procura analisar. (GUIMARÃES, 2011, p. 90). Assim, “não há como considerar que uma forma funciona em um enunciado, sem considerar que ela funciona num texto, e em que medida ela é constituída do sentido do texto” (GUIMARÃES, 2002, p.7). Para a Semântica do Acontecimento o texto é definido como —uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento da enunciação (*Idem*, 2011, p. 19). O texto integra enunciados através de uma relação transversal.

#### **2.4 Apresentação do *corpus***

Analisar os sentidos da expressão Império, a partir do funcionamento histórico dos sentidos, é considerar que ela adquire certos sentidos e que outros são silenciados ou

atualizados, dependendo das relações com outras palavras que se estabelecem em cada acontecimento enunciativo (GUIMARÃES, 2005).

Desta forma, para a elaboração deste trabalho, o *corpus* é formado dos seguintes recortes da obra intitulada *Império*. Na presente seção tomamos como corpus a palavra na obra de Antonio Negri, filósofo e cientista político italiano, um dos grandes nomes do pensamento socialista atual. Tendo como eixo central a concepção de política, encontrada em seu mais famoso livro, *Império*, escrito junto com Michael Hardt, dela retiramos doze recortes para nossas análises cujo objetivo, é observarmos como a palavra império é significada no conjunto dessa obra. A partir dos procedimentos teóricos-metodológicos da Semântica do Acontecimento (2002), vemos a palavra império na transversalidade do texto, no seu funcionamento com elementos distintos aos se reportam e produzem sentidos. Nos itens a seguir, destacamos algumas análises dos recortes (R.01; R.02; R.03, R.04; R.05-Prefácio), (R.06; R.07-Parte 1), (R.08, R.09-Parte 2), (R.09; R.10-Parte 03), (R.11; R.13- Parte13. A seguir iniciaremos as análises da palavra império.

### CAPÍTULO III

#### IMPÉRIO: ANÁLISE DA PALAVRA NA OBRA

De acordo com Guimarães (2013), a cena enunciativa agencia o falante em Locutor no espaço de enunciação, de modo que as relações de argumentação se tornam próprias da cena enunciativa. Deste modo, a construção argumentativa é “a apresentação pelo locutor para seu alocutário de uma relação de sentidos que orienta a direção do dizer, considerada como necessária” (GUIMARÃES, 2013, p. 271).

O direito ao falar é dividido no espaço de enunciação. Assim, Guimarães toma a argumentação como política, já que o seu sentido não é persuadir, mas sustentar um lugar social. Deste modo, “Uma cena enunciativa se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra, dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas” (GUIMARÃES, 2002, p. 23).

A cena enunciativa é uma configuração e especificação do espaço de enunciação e se torna pertinente destacar que tomamos o livro *Impérior* nessas condições, como configurado pelo agenciamento das figuras enunciativas. E conforme Guimarães (2002), o “L é então o lugar que se representa no próprio dizer como fonte deste dizer”, com isso, o Locutor fala predicado por um lugar social e segundo o teórico, é onde: “o locutor (com minúscula) sempre vem predicado por um lugar social que a variável “x” representa (presidente, governador, etc.)” (GUIMARÃES, 2002, p. 24). Portanto, a cena enunciativa está constituída em um espaço de enunciação de Língua Portuguesa do Brasil, e assim, o Locutor “se apresenta como origem do que se enuncia” (GUIMARÃES, 2011, p. 23).

Analisando a cena enunciativa, notamos que no agenciamento desta cena o Locutor escritor/tradutor (L) (representante da fonte do dizer), está afetado pelos lugares sociais que lhe permitem dizer e é agenciado pelo locutor-escritores (l-x escritores), tendo assim o l-escritor/tradutor que fala do lugar do l-escritores. Observa-se que nesta cena toma como perspectiva no acontecimento enunciativo o enunciador-universal.

Na perspectiva enunciativa, o enunciador-universal enuncia para um al-sociedade/leitores e neste caso é “quando a enunciação representa o Locutor como fora da história e submetido ao regime do verdadeiro e do falso” (GUIMARÃES, 2017, p. 35). Visto isso, iniciaremos nossas análises com os recortes extraídos do prefácio da obra.

#### **3.1 Recortes de 01 a 05 – Prefácio**



Vejamos agora nosso primeiro recorte<sup>2</sup> (R1):

**R1-** O **império** está se materializando diante de nossos olhos. Nas últimas décadas, a começar pelo período em que regimes coloniais eram derrubados, e depois em ritmo mais veloz quando as barreiras soviéticas ao mercado do capitalismo mundial finalmente caíram, vimos testemunhando uma globalização irresistível e irreversível de trocas econômicas e culturais. Juntamente com o mercado global, e com circuitos globais de produção, surgiu uma **ordem global**, uma **nova lógica e estrutura de comando**- em resumo, uma **nova forma de supremacia**. O **império** é a substância política que, de fato, regula essas permutas globais, o poder supremo que governa o mundo (HARDT; NEGRI, 2001, p.11)(grifos nossos).

Observemos neste recorte que **Império** é reescriturado por substituição por **ordem global**, ou seja, o **Império** passa a significar nesse acontecimento uma **ordem global** determinada por **nova lógica, estrutura de comando**, estes em sinonímia com a reescrituração por condensação **nova forma de supremacia**, que por sua vez determina **ordem global** que determina **Império**. Nesse sentido temos neste recorte o império significando além daquilo que habitualmente é apresentado, aqui a palavra **Império**, neste acontecimento, constrói sentidos outros como podemos observar no processo de reescrituração apresentado no R1 (primeiro recorte). Ou seja, o **Império** passa a ser reescriturado por definição por **é a substância política que, de fato, regula essas permutas globais, o poder supremo que governa o mundo**, conforme podemos observar a descrição construída pelo DSD abaixo:



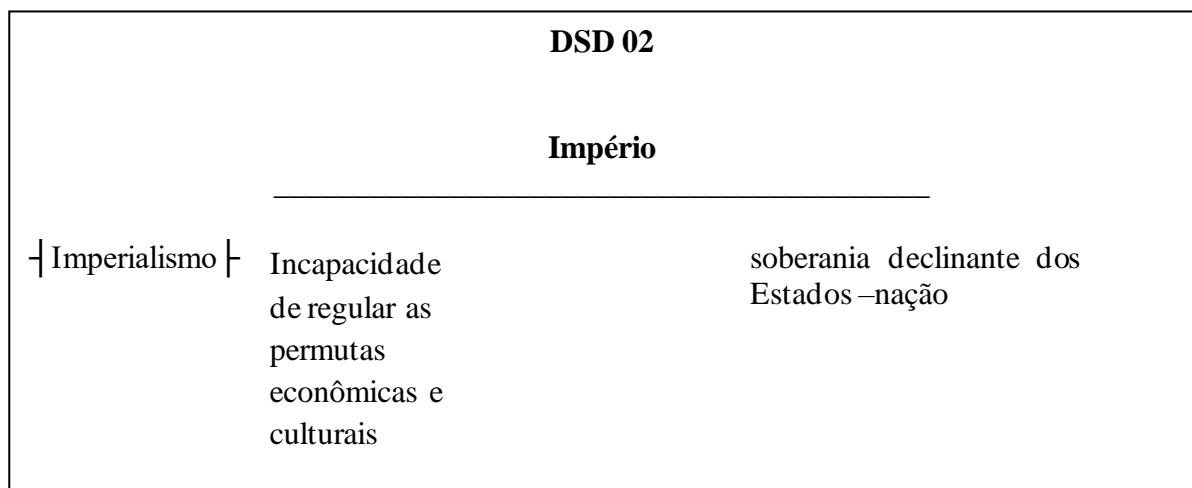
*(Onde se lê: nova lógica e estrutura de comando determina por Nova forma de supremacia que determina ordem global que determina Império, e o mesmo é determinado por substância política que, de fato, regula essas permutas globais, o poder supremo que governa o mundo).*

<sup>2</sup> Utilizaremos para este trabalho as siglas R1, R2, R3...para designar os recortes selecionados em sequência.

A seguir analisamos o segundo recorte (R2).

**R2-** soberania declinante dos Estados-nação, e sua crescente **incapacidade de regular as permutas econômicas e culturais**, é certamente um dos sintomas primários da chegada do **Império**. A soberania do Estado-nação era a pedra angular do imperialismo que as potências europeias construíram na idade moderna. Entendemos “**Império**”, entretanto, como algo completamente diverso de “**imperialismo**”(HARDT; NEGRI, 2001, p.12) (grifos nosso).

Como se pode observar o R2 apresenta a relação antonímia entre **Império** e imperialismo, no qual a diferença está marcada principalmente pela reescrituração por definição de imperialismo em **incapacidade de regular as permutas econômicas e culturais**. Nesse caso, o **Império** se sustenta na relação opositiva com imperialismo, isto é, o **Império** está na ordem contrária do que sustenta o imperialismo, ou seja, não é marcado pelo lugar de uma soberania nacionalista dos Estados-nação, muito menos na relação de “soberania declinante dos Estados-nação”, está nesta cena, determinando imperialismo. Vejamos abaixo como essa descrição aparece no DSD que se segue:



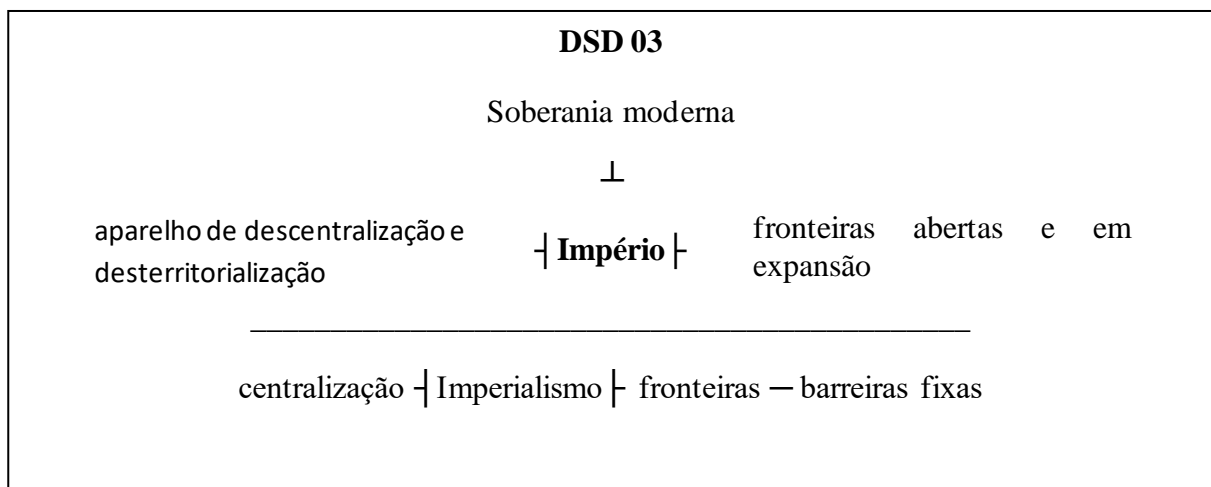
(Onde se lê: *império* está em oposição ao *imperialismo* que é determinado por *incapacidade de regular as permutas econômicas e culturais* e por *soberania declinante dos Estados –nação*).

Neste momento conduziremos nossas análises para o recorte três (R3). Assim temos:

**R3-**A transição para o **Império** surge do crepúsculo da soberania moderna. Em contraste com **imperialismo**, o **Império** não estabelece um centro

territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. (HARDT; NEGRI, 2001, p. 12) (grifos nosso).

Têm-se neste recorte **soberania moderna** determinando **Império**. Uma articulação de dependência na qual **soberania moderna** sustenta o argumento a favor de **Império**. Nessa relação, o **Império** funciona pelo processo de antonímia contrastante com **imperialismo**, esse funcionamento de linguagem, presente neste acontecimento, marca o lugar de enunciação pela disputa do político da linguagem pelo qual império se sustenta em oposição ao imperialismo, ou seja, o **Império** é determinado por **apararelho de descentralização e desterritorialização** e por **fronteiras abertas e em expansão**. Estas são determinações argumentativas que acabam por articular a sustentação de sentidos construídos em uma relação antonímica com **imperialismo**. Se por um lado o imperialismo é marcado por centralização, fronteiras e barreiras definidas, o império se sustenta por contrapor essas determinações. Vejamos abaixo como o DSD se apresenta:



*(Onde se lê: Soberania moderna determina aparelho de descentralização e desterritorialização que determina império que é determinado por fronteiras abertas e em expansão, que está em oposição ao imperialismo, que determina centralização, fronteiras e barreiras fixas).*

Tomaremos o quarto recorte (R4) para observarmos o processo de reescrituração e o funcionamento do conceito de memorável nesta cena. Assim temos:

**R4**-[...]Deve-se salientar que “**Império**” é usado aqui não como *metáfora*, o que exigiria uma demonstração das semelhanças entre a ordem mundial de hoje e os Impérios de Roma, da China, das Américas, e assim por diante, mas como *conceito*, o que pede basicamente uma abordagem

teórica. O conceito de **Império** caracteriza-se fundamentalmente pela ausência de fronteiras: o poder exercido pelo Império não tem limites. Antes e acima de tudo, portanto, o conceito de **Império** postula um regime que efetivamente abrange a totalidade do espaço, ou que de fato governa todo o mundo “civilizado”. Nenhuma fronteira territorial confina o seu reinado. Em segundo lugar, o conceito de **Império** apresenta-se não como um regime histórico nascido da conquista, e sim como uma ordem que na realidade suspende a história e dessa forma determina, pela eternidade, o estado de coisas existente. Do ponto de vista do **Império**, é assim que as coisas serão hoje e sempre – e assim sempre deveriam ter sido. Dito de outra forma **Império** se apresenta, em seu modo de governo, não como um momento transitório no desenrolar da História, mas como um regime sem fronteiras temporais, e, nesse sentido, fora da História ou no fim da história. Em terceiro lugar, o poder de mando do **Império** funciona em todos os registros da ordem social, descendo às profundezas do mundo social. O **Império** não só administra um território com sua população mas também cria o próprio mundo que ele habita (HARDT; NEGRI, 2001, p. 14-15) (grifos nosso).

No recorte acima observa-se, no presente do acontecimento, que a palavra **Império** recorta o memorável. O conceito de memorável para a Semântica do Acontecimento que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores, mas “o passado recortado pelo acontecimento são rememorações que constitui um *memorável*” (Guimarães, 2002, p.15). O presente do acontecimento alia então a memória e projeção de interpretação como “os Impérios de Roma, da China, das Américas”, que vem projetando uma temporalidade presente no novo sentido na palavra **Império**. Observa-se ainda quando primeiro enunciado aparece a palavra **Império** sendo remitida pelo (GN) primeiro conceito que se repete no segundo enunciado por outro (GN), segundo conceito que irá se repetir mais à frente no terceiro enunciado. Mas, não como conceito, e sim como definição. Neste caso, o termo **Império** é reescriturado por repetição no primeiro e segundo conceito. Repetir é redizer e isto é decisivo no andamento dos dois primeiros enunciados e na sua relação com o terceiro. É por esta repetição que se pode denotar qual o sentido de **Império** em qualquer um dos enunciados em que aparece. Porque o terceiro é reescriturado por definição. Deste modo temos o quarto DSD:

#### DSD 04

Conceito de **Império**

⊥

Em terceiro lugar, o poder de mando do **Império**

⊤

Em segundo lugar, o conceito de **Império**

*(Onde se lê: o conceito de **Império** determina o poder de mando do **Império** que determina o segundo conceito de **Império**.)*

Passaremos a seguir para a análise do quinto recorte (R5).

**R5** - O **Império** com o qual nos deparamos exerce enormes poderes de opressão e destruição, mas isso não deveria, de modo algum, nos deixar saudosos das antigas formas de dominação. A transição para o **Império** e seus processos de globalização oferece novas possibilidades para as forças de libertação. A globalização, é claro, não são unificados nem unívocos. Nosso desafio político, tentaremos demonstrar, não consiste simplesmente em resistir a esses processos mas em reorganizá-los e canalizá-los para novos objetivos. As forças criadoras da multidão que sustenta o **Império** são capazes também de construir, independentemente, um Contra-império, uma organização política alternativa de fluxos e intercâmbios globais. Os esforços para contestar e subverter o **Império**, e para construir uma alternativa real, terão lugar no próprio terreno imperial – na realidade, essa nova luta já começou. Mediante tais esforços, e muitos outros da mesma natureza, a multidão terá de inventar novas formas democráticas e novos poderes constituintes que um dia nos conduzirão através e além do **Império** (HARDT; NEGRI, 2001, p. 15) (grifos nosso).

No recorte exposto acima, compreende-se que é preciso considerar que as palavras carregam consigo, no momento em que se põem em um enunciado, a memória das suas enunciações anteriores. Não como virtualidade ou abstração, mas como parte da temporalização do acontecimento.

A temporalidade presente nesse acontecimento constitui o seu presente de **Império** e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que recorta o memorável de **Império** que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. E esse acontecimento enunciativo de **Império** traz uma latência de futuridade para uma nova forma de pensar o **Império**. É nesta medida que “o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação”, conforme atenua Guimarães (2002, p.12).

Deste modo, podemos pensar que o dizer se inscreve na história e que o presente do acontecimento não é enunciação de um indivíduo tomado como sua origem. A partir da sua inscrição na memória interdiscursiva, na divisão ideológica dos sentidos. O acontecimento agencia as formas linguísticas e os enunciados que compõem o seu presente. Assim, as formas

e os enunciados selecionam para esse presente um passado e projetam um futuro de interpretação.

### 3.2 Recortes de 06 e 07 - parte 1 - A constituição política do presente

**R6** - [...] No **Império**, a ética, a moralidade e a justiça ganham novas dimensões (HARDT; NEGRI, 2001, p. 37) (grifos nosso).

No presente acontecimento da cena acima, existe uma articulação por coordenação do (GN) **no Império a ética, a moralidade e a justiça** e de predicação **ganham novas dimensões**. Neste enunciado percebe-se que o predicado ganha “novas dimensões”. Há uma enumeração “no **Império**” em relação aos termos: a ética, a moralidade e a justiça. Assim sendo, esses termos atribuem sentidos aos enumeradores os quais segundo Guimarães “O enumerado atribui sentido aos enumeradores”(GUIMARÃES, 2009, p. 60). E em continuidade, pode-se fazer a seguinte paráfrase: “Fazem parte no Império novas dimensões: a ética, a moralidade e a justiça”, sustentando a argumentatividade presente nesse acontecimento enunciativo.

**R7** -[...]Dizer que o Império é bom em si mesmo, entretanto, não significa que ele seja bom por si mesmo. Embora o **Império** possa ter desempenhado um papel na eliminação do colonialismo e do imperialismo, ele constrói, não obstante, suas próprias relações de poder com base na exploração, em muitos sentidos mais brutais do que aquelas que ele destruiu (HARDT; NEGRI, 2001, p. 62) (grifos nosso).

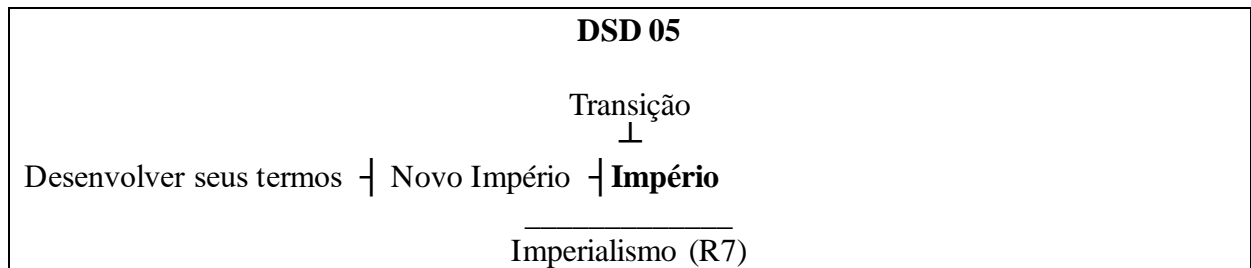
Nesse enunciado destacado acima, nota-se que o **Império** traz na sua predicação **é bom em si mesmo** uma relação de antonímia **comentretanto, não significa que ele seja bom por si mesmo**, articulado desta forma através do advérbio de tempo “Embora”. Assim, sua sustentação na argumentatividade do dizero **Impériopossa ter desempenhado um papel na eliminação do colonialismo e do imperialismo** não se confirma o sentido de **Império** proposto pelo Locutor-escritores, pois, não é aquele recortado pelo memorável do imperialismo afirmado no enunciado anterior. Ou seja, **ele constrói, não obstante, suas próprias relações de poder com base na exploração, em muitos sentidos mais brutais do que aquelas que ele destruiu.**

Verifica-se nesse presente acontecimento que o Locutor abre uma latência de futuridade para **Império**, o que posteriormente nos recortes abaixo serão melhores apresentados.

### 3.3 Recortes 8 e 9 – parte 2 – Transições de soberania

**R8**–[...]Precisamos mergulhar profundamente nessa transição, desenvolver seus termos, e tornar claros os contornos que constituem **o novo império**(HARDT; NEGRI, 2001, p. 157) (grifos nosso).

No presente acontecimento perceptível no entrecho supracitado, percebem-se os predicativos que determinam o **novo Império** e que vêm se sustentando na argumentatividade do Locutor em temporalizar dessa latência de futuridade de **Império**. Veja através do DSD.



(Onde se lê: **Transição** determina **Novo império** que determina **desenvolver seus termos** que vai terminar **Império** em oposição ao **imperialismo**).

Vejamos a seguir o recorte nove e a análise proposta:

**R9** - [...] O **Império** não é um fraco eco dos imperialismo modernos, mas uma forma fundamentalmente nova de mando (HARDT; NEGRI, 2001, p. 164).

Como se pode observar o enunciado acima dispõe de um contra argumento funcionando com o uso do termo “não”, pois, ao dizer que **O Império não é um fraco eco dos imperialismo modernos**, obstinadamente, inquirir que existe um novo **Império** funcionando. O Locutor-escritor sustenta sua argumentatividade através desse contra-argumento. Outra direção argumentativa presente no acontecimento enunciativo é uso da conjunção adversativa “mas” como argumentatividade concessiva que produz uma relação entre os enunciados. Assim, é presente neste acontecimento enunciativo um recorte do memorável de **mando**, que remete ao poder autoritário de **mando** do **Império**. **Império** está numa relação sinonímica com o **imperialismo** que é reescriturada por uma forma fundamentalmente nova de mando. Verifique o DSD:

**DSD 06**

**Império** | Forma fundamentalmente nova de mando

---

Ecos de Imperialismo modernos

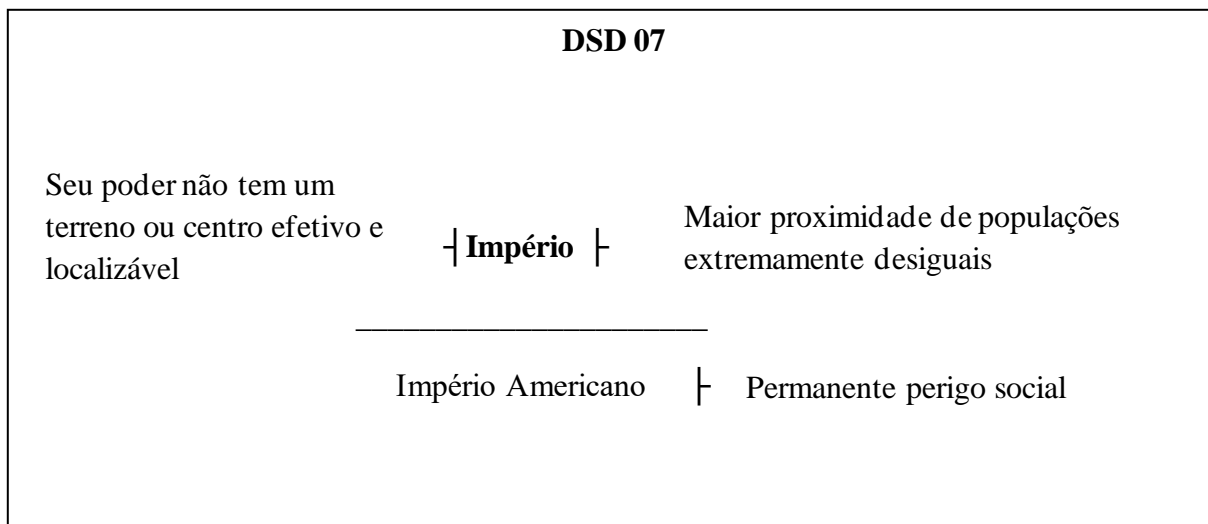
*(Onde se lê: **Império** é determinado por **forma fundamentalmente nova de mando** e está em oposição a **Ecos de Imperialismo modernos**).*

### 3.4 Recortes 10, 11 e 12 – parte 3 - transições de produção

**R10** - [...] O **império** é caracterizado pela maior proximidade de populações extremamente desiguais, o que cria uma situação de permanente perigo social e requer um poderoso aparelho da sociedade de controle para assegurar a separação e garantir a nova administração do espaço social. [...] Sabemos, entretanto, que essa ideia de Império americano como a redenção da utopia é completamente ilusória. Em primeiro lugar, o **Império** vindouro não é americano e os Estados Unidos não são o seu centro. O princípio fundamental de **império**, como descrito por nós neste livro, é que seu poder não tem um terreno ou centro efetivo e localizável. (HARDT; NEGRI, 2001, p. 358-406) (grifo nosso).

Observa-se no recorte acima que o locutor-escritor articula por dependência os elementos contíguos que se organizam por uma relação que constitui a caracterização de **Império** em oposição a ideia de Império americano. Assim, o locutor-escritor fala de lugares diferentes e podemos considerar que existe um enunciador coletivo e um enunciador individual que está sendo apresentado pelo locutor quando diz “por nós neste livro”, e neste presente acontecimento enunciativo o locutor-escritor apresenta uma relação de determinação entre os enunciados atribuem sentido à **Império** e à Império Americano. Desta forma Império americano está significado como **permanente perigo social** e **Império** por **maior proximidade de populações extremamente desiguais**. Vejamos o DSD:





(Onde se lê: *Império* é determinado por seu poder não tem um terreno ou centro efetivo e localizável; *Império* também é determinado por *Maior proximidade de populações extremamente desiguais*; *permanente perigo social* determina *Império Americano* se apresenta em uma relação de antonímia com *Império*).

Apreende-se neste acontecimento de enunciação acima que tem funcionamento na linguagem o político que segundo Guimarães é,

a relação entre a língua e o falante, pois só há línguas porque há falantes e só há falantes porque há línguas. E esta relação não pode ser tomada como uma relação empírica. Por exemplo, no Brasil se fala Português, na França, Francês etc. Ou ainda, no Paraguai se falam o Espanhol e o Guaraní. Esta relação entre falantes e línguas interessa enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político, portanto. Os falantes não são indivíduos, as pessoas que falam esta ou aquela língua. Os falantes são estas pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam. Neste sentido falantes não são as pessoas na atividade físico-fisiológica, ou psíquica, de falar. São sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes que chamo de espaço de enunciação. (GUIMARÃES, 2003, p.22)

O espaço de enunciação é “decisivo para se tomar a enunciação como uma prática política”, conforme atenua Guimarães (2007). Para ele, ao se falar, toma-se a palavra num espaço dividido de falantes e línguas. Portanto:

Os espaços de enunciação são espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos politicamente pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. (GUIMARÃES, 2003, p.23)

O espaço de enunciação da cena em questão está marcado por disputas de falantes e línguas. Verifica-se que o Locutor ao dizer **o Império vindouro não é americano e os Estados Unidos não são o seu centro**, mostra que por si só o político se dá neste espaço. Não utilizar outro lugar, como referência para afirmar o novo sentido de **Império**, mostra esta relação de línguas e falantes num mesmo espaço de enunciação.

**R12** -[...] O dia de trabalho tem, como frequência, doze, quatorze, dezesseis horas de duração, sem fins de semana ou férias; há trabalho para homens, mulheres e crianças, assim como para idosos e deficientes. **O Império tem trabalho para todo mundo!** Quanto mais **desregulado for o regime de exploração, mais trabalho haverá**. (HARDT; NEGRI, 2001, p. 359) (grifos nosso).

Neste recorte ocorrem duas enumerações por coordenação marcadas pela aditiva **e**: há trabalho para homens, mulheres e crianças, assim como para idosos e deficientes. De acordo com Guimarães, a enumeração por coordenação “é uma acumulação, os elementos vêm coordenados e em contato, definindo, desse modo” (GUIMARÃES, 2009, p. 57-58), um conjunto de expressões como modos de apresentar cada um dos aspectos que juntos formam uma unidade de sentido.

Nota-se uma articulação por incidência no enunciado **O Império tem trabalho para todo mundo!** pois, o “todo” recai sobre o enumerado acima. E aqui também o “todo mundo” é reescriturado por condensação, pois, o locutor ao dizer: **tem trabalho para todo mundo!** condensa a parte do que está dito no enunciado anterior **há trabalho para homens, mulheres e crianças, assim como para idosos e deficientes**.

### 3.5 Recorte 13 – parte 4 – declínio e queda do Império

**R13** - [...] A constituição do **Império** não é causa mas consequência da ascensão desses novos poderes. Não é admirar, portanto, que seja impossível para o **Império**, apesar de seus esforços, construir um sistema de direito adequado à nova realidade da globalização das relações sociais e econômicas. (HARDT; NEGRI, 2001, p. 418) (grifos nosso).

Nesse recorte, observa-se um contra-argumento em **Império não é causa** e também em **Não é admirar**. Verifica-se que o “não” incide sobre os dois enunciados. Tem-se aqui uma articulação por incidência. Percebe-se que o “não” não expressa uma possibilidade, mas

negação. O locutor parte do princípio que existe mais de um sentido de **Império**. O alocutário-leitor é apresentado aqui como alguém que vai fazer um recorte do memorável do **Império** como imperialismo ou uma opção em pensar nesse novo sentido presente nesse acontecimento enunciativo como nova possibilidade de **Império**. Nessa direção de argumentatividade estão os enunciados **A constituição do Império não é causa mas consequência da ascensão desses novos poderes e Não é admirar, portanto, que seja impossível para o Império, apesar de seus esforços, construir um sistema de direito adequado à nova realidade da globalização das relações sociais e econômicas**. Averigua-se essa disposição enunciativa nas seguintes paráfrases.

- A constituição do novo **Império** já é consequência da ascensão desses novos poderes.
- O novo **Império** deve se construir num sistema de direito adequado à nova realidade da globalização das relações sociais e econômicas.

Portanto, não se deve pensar no **Império** como o recortado pelo memorável do povo, aquele **Império** do imperialismo antigo. Há um novo sentido de **Império** constituído sem barreiras e fronteiras, um **Império** voltado para o mundo contemporâneo, ou seja, da globalização e das relações sociais e econômicas, ficando aqui excluído aquele **Império** antigo. Deste modo, o funcionamento de linguagem por si só já é político e está presente neste acontecimento, pois o que vem significando neste espaço é o novo sentido de **Império** que está sendo articulado em todo livro, um **Império** do mundo contemporâneo. Pode-se atenuar que existe aqui uma contradição, pois o **Império** antigo do imperialismo com o que está sendo proposto na obra desses filósofos autentica-se um novo sentido de **Império** que está funcionando neste acontecimento enunciativo, ou seja, um **Império** do mundo da globalização das relações sociais e econômicas. Portanto, cabe ressaltar que, para a Semântica do Acontecimento, a linguagem só entra em funcionamento através do político, pois “Quem assume a palavra é o falante, constituído no espaço de enunciação” (GUIMARÃES, 2007b).

O espaço de enunciação é assim decisivo para se tomar a enunciação como uma prática política e não individual ou subjetiva, nem como uma distribuição estratificada de características. Falar é assumir a palavra nesse espaço dividido de línguas e falantes. (GUIMARÃES, 2007b, p. 206).

Assim, falar é tomar um lugar social e estar afetado pelo mesmo, sendo que:

O funcionamento de uma língua é diretamente afetado por suas divisões, tanto geográficas (horizontais), quanto sociais (verticais). Esta posição, ao se colocar como oposta a posições como a variacionista, [...] marca diretamente o caráter político da enunciação. (GUIMARÃES, 2007b, p.205)

Conforme o locutor-escritor vai enunciando e redizendo através da comparação de **Império** vai surgindo um novo sentido para **Império**, do ponto de vista argumentativo, o qual contém dois movimentos contrários e simultâneos: um no sentido favorável e outro no sentido do desfavorável presente na obra **Império**. Pode-se dizer que “existe entre os dois termos comparados, uma espécie de oposição que, semanticamente, poderia ser identificada como uma negação da propriedade, que um dos termos absorve em desfavor do outro”. (VOGT, 1977, p.89).

Enfim, todo direcionamento de argumentatividade presente na obra demonstra a questão do político apresentado por Guimarães (2002, p.16) e, portanto, confirma que o acontecimento de linguagem se dá nos espaços de enunciação, onde é um acontecimento político. Isso porque “o homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada”. Neste sentido é apresentado, através de articulações e reescrituras, um novo sentido presente neste acontecimento enunciativo de **Império**. Neste acontecimento, o memorável, recortado pelo antigo Império, aponta a argumentação para o presente funcionamento de linguagem que permeia toda a obra para o novo sentido presente em **Império** do mundo contemporâneo sem barreiras fixas e sem fronteiras, o que é demonstrado pelo seguinte DSD:

#### DSD 08

Globalização | **Império** | novo mundo contemporâneo

---

Forma de Imperialismo | **Império Antigo**

*(Onde se lê: **Globalização** determina **Império** que é determinado por **novo mundo contemporâneo**. Deste modo, **Império** está em oposição a **Forma de imperialismo** que é determinado por **Império Antigo**).*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado teve como objetivo analisar a palavra Império dentro de uma perspectiva teórica dos estudos semânticos, no qual a atenção foi voltada para o processo de designação da palavra nos acontecimentos de linguagem em que aparecem. Observamos que é dentro da concepção de política que os conceitos de Império são formulados respectivamente, e a configuração do atual paradigma de poder, de soberania e do sujeito que pode resistir a esse poder.

Já o sentido de Império moderno articulou-se com a revolução industrial e expansão colonial, pois foi fruto do expansionismo e do capitalismo industrial. Esta diversidade no emprego do conceito parece denunciar acontecimentos ou os referidos territórios que compartilham um centro de características semelhantes ou as definições de Império são de tal forma variadas que permitem que se aplique o conceito a uma multiplicidade de experiências históricas que pouco têm em comum entre elas. Portanto, há uma imprecisão conceitual e ambígua complexa e incontrolável.

Constitui-se num bom ponto de partida para abordar o conceito de Império o seu sentido primário que pode ser representado por “Império é poder”. Mas, o que distingue um poder imperial de outras expressões e estruturas de poder? De acordo com os filósofos *Hardt e Negri* domínio sobre o Outro. Ou seja, trata-se de um poder exercido por um grupo humano sobre outros. Segundo esses autores, a formação de um Império envolve um choque entre duas ou mais culturas e a consequente constituição de relações de troca desiguais entre elas, porque as “formas modernas de soberania e suas reduções binárias de diferença e multiplicidade é a única alternativa entre o Mestre e o Outro” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 160)

Um dos principais conceitos teóricos abordados neste estudo foi o de reescrituração. Para pensar a reescrituração não podemos deixar de pensar primeiramente a base com a qual estamos trabalhando que é o texto. Assim, podemos dizer a partir da perspectiva semântica enunciativa que o texto faz sentido, ou seja, se há sentidos no texto é devido ao um processo de relações textuais ou relações semânticas entre enunciados que integram o texto. Para Eduardo Guimarães (2011) o texto e suas relações de transversalidades de integração de enunciados que constituem o próprio texto e assim, uma unidade de sentidos. Nas palavras do autor (GUIMARÃES, 2011, p. 22), o texto é compreendido como “[...] uma unidade de sentido integrada por enunciados. Ou seja, um texto não é um conjunto de enunciados, nem é uma unidade composta de enunciados”.

Na obra *Análise de texto: procedimentos, análises, ensino* (2011), o semanticista Eduardo Guimarães trabalhará a segmentalidade subentendida às relações integrativas e pensará a integração de enunciados em texto como um fenômeno transversal que atravessa todo o corpo do texto na produção de sentidos.

A relação de integração é aquela que constitui sentido, ela se caracteriza por ser uma relação de um elemento lingüístico de um nível com um elemento de nível superior. E não se trata de uma relação caracterizada pela segmentalidade. A integração se faz por uma relação transversal entre elementos diversos e a unidade à qual se reportam. A relação entre os elementos não é de contiguidade, não se marca pela direção da segmentalidade. (GUIMARÃES, 2011, p. 43).

Desta forma, podemos olhar para o texto a partir do acontecimento da enunciação. Assim ao estudar a palavra Império tomamos os recortes do livro *Império* para as análises.

Tomando este processo de integração dos enunciados que a palavra Império está inserida, podemos citar a transversalidade para dizer que o processo de reescrituração se instaura uma vez que há uma relação entre o acontecimento de linguagem do Império antigo do imperialismo com o que está sendo proposto na obra desses filósofos autentica-se num novo sentido de Império que está funcionando neste acontecimento enunciativo, ou seja, um Império do mundo da globalização das relações sociais e econômicas, imperialismo, que mesmo que a palavra império usada para designar o Império antigo não esteja sendo usada no livro pelos filósofos neste sentido e sim num novo Império globalizado.

## REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Trad. de M. G. Novak e L. Néri. Campinas: Pontes, 1988.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Trad. de Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989.
- DIAS, Luiz Francisco. A sintaxe em novas dimensões. In: TOLDO, C. S. **Questões de linguística**. Passo Fundo:UFP, 2003.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.
- GUIMARÃES, E. **Textualidade e Enunciação**. Campinas, SP, p.3-11, 1998.
- \_\_\_\_\_. História, sujeito e enunciação. In: **Cadernos de estudos linguísticos 35**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- \_\_\_\_\_. A marca do nome. In: **Rua**. Campinas, SP, 2003.
- \_\_\_\_\_. Civilização na Linguística brasileira no século XX. In: **Matraga**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2. Ed. 2005.
- \_\_\_\_\_. Domínio Semântico de determinação. In: Guimarães, E.; Mollica, M. C. (orgs.). **A palavra: forma e sentido**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Palavras Próprias e Alheias** -Unicamp- Campinas –SP, 2008.
- \_\_\_\_\_. A enumeração – funcionamento enunciativo e sentido. In: GUIMARÃES, E. R. J. e ZOPPI FONTANA, M. G. (Orgs.). **Cadernos de estudos linguísticos 51/1**. Campinas, SP: Setor de Publicações – IEL/ UNICAMP, Jan./Jun, 2009 p. 49-68.
- \_\_\_\_\_. **Os limites do sentido: um estudo histórico enunciativo da linguagem**. 4. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Semântica: enunciação e sentido**. Campinas, SP: Pontes, 2018.
- \_\_\_\_\_. **Análise de texto: procedimentos, análises, ensino**. Campinas, SP, Editora RG, 2011.
- GUIMARÃES, E. & MOLLICA, Maria Cecília (Orgs.). **A palavra; Forma e sentido**. Campinas: Pontes, 2007.
- HARDT; NEGRI. **Império**. Trad. Berilo Vargas. – Rio de Janeiro:Record, 2001.
- KARIM, TaisirM. **Dos nomes à história - o processo constitutivo de um estado**:Mato Grosso. Campinas-SP. 2012. Tese de doutorado.
- \_\_\_\_\_, TaisirMahmudo. **Brasil Colônia/Império: da ocupação à fundação do território da Capitania Minas do Cuyabá/Mato Grosso um estudo semântico de nomeação**. Linguagem

**e interpretação: a Institucionalização dos dizeres na história.** Campinas: RG, p. 13-31, 2013.

\_\_\_\_\_, Taisir Mahmudo. Mato Grosso: histórias de enunciações o percurso do nome de um estado. In: KARIM, Taisir Mahmudo. [et al.] (Org.). **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso - (Fase I).** Campinas-SP. Pontes, 2016.

\_\_\_\_\_. **Marcas do Dizer: Sentidos do Arraial do Cuyabá.** In: Estudos Linguísticos, 45 (1), São Paulo, p. 305-315, 2016.

\_\_\_\_\_; ALVARES, L. De incivilizados a descivilizados: um percurso semântico do nome vândalos. In: ORLANDI, Eni. [et al.] (Org.). **Linguagem, Instituições e Práticas sociais.** Pouso Alegre, MG. Univás. 2018.

\_\_\_\_\_; SILVA, G. V. da; MACEDO KARIM, J. O contorno linguístico de uma geografia – mato grosso e seus mapas: a constituição do atlas mato-grossense a partir do acontecimento de nomeação. In: GUIMARÃES, Eduardo [et al.] (Org.). **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso - (Fase II).** Campinas-SP. Pontes, 2018.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. **Cidadania: história e política de uma palavra.** Campinas, SP: Pontes Editores, RG Editores, 2006.

\_\_\_\_\_, **Cidadãos e concidadãos nos discursos de posse da Primeira República.** Signum: Estudos da Linguagem, 2013, v.15, n.3, p. 105-128.

ORLANDI, E.P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.

\_\_\_\_\_, **Os Sentidos do Povo -A Noção de Povo que se Constitui em Diferentes Discursividades.** Unicamp, Campinas, SP, p.7-30, 2005.

VOGT, Carlos. **O Intervalo Semântico.** São Paulo: Ática, 1977.